



Ficha 98 - As Obras de Misericórdia, Justiça e Misericórdia (4ª)

Esta Ficha continua a reflexão sobre [Bula Misericordiae Vultus](#) (O rosto da Misericórdia) já iniciada nas Fichas [anteriores](#). Dividida em dois tópicos, no primeiro apresenta a necessidade de se retomar as "Obras de Misericórdia" e no segundo, uma reflexão sobre a "Justiça", estabelecendo uma relação desta com as primeiras.

As Obras de Misericórdia

As "Obras de Misericórdia" fazem parte da tradição da Igreja e objetivam contribuir na formação da consciência cristã. Elas possuem fundamento bíblico e podem ser encontradas no "Sermão da Montanha" (Mt 5, 3-12), quando Jesus elenca uma série de comportamentos e atitudes morais aos discípulos e no "Julgamento final" (Mt, 25,34-40), quando Jesus Cristo ressuscitado afirma que as obras serão critério para a salvação das pessoas. A Bula destaca que tais "Obras" ajudam os cristãos a serem sensíveis aos sofrimentos humanos e a terem compaixão dos outros.

No Catecismo da Doutrina Cristã, de São Pio X, elas são apresentadas em duas partes, contendo cada uma delas sete obras (a simbologia do número sete expressa a infinidade delas). As corporais são: "dar de comer aos famintos", "dar de beber aos sedentos", "vestir os nus", "acolher os peregrinos", "dar assistência aos enfermos", "visitar os presos", "enterrar os mortos". As seis primeiras constam dos Evangelhos e somente a última é indicada no livro de Tobias. Todas elas lembram que as pessoas são imagem e semelhança de Deus, por isso, tudo o que se faz a uma pessoa se faz ao próprio Deus. As Obras de Misericórdia espirituais são: "ensinar o caminho da fé através da catequese", "aconselhar os duvidosos", "advertir os pecadores", "suportar os erros pacientemente", "perdoar as ofensas dos irmãos", "confortar os aflitos e sofredores" e "rezar para os vivos e para os mortos". Todas elas lembram que o ser humano é chamado a se construir como pessoa, mas isso só é possível com a ajuda de outras pessoas e da comunidade.

Apesar de que para muitos, as "Obras de Misericórdia" parecem ter caído no esquecimento, elas ainda são válidas e possuem força de conversão. Por isso, o papa repropõe como válida a sua prática porque, em última análise, promovem a vida humana. Em uma época em que parece haver o divórcio entre o falar e o fazer, e em que a ausência de direitos básicos (alimentação, moradia, educação, direitos humanos) denunciam o desrespeito à dignidade humana, o papa lembra que a Igreja e os cristãos devem dar resposta ao clamor de todos aqueles que sofrem. Através da Igreja, os necessitados das Obras de Misericórdia corporais e espirituais sentem que Deus os acolhe e cura as suas feridas.

Justiça e Misericórdia

A sociedade civil entende a justiça como um conceito fundamental que, tendo por base uma ordem jurídica, atua na aplicação da lei e do direito e procura dar a cada um o que lhe é devido. Porém, a justiça de Deus não é como a justiça humana, ela tem outra dinâmica, que se chama misericórdia. Na Bula *Misericordiae vultus* justiça e misericórdia são apresentadas como dimensões de uma única realidade que se desenvolve gradativamente até atingir a plenitude do amor. Essa compreensão também nos vem da Encíclica [Dives in misericórdia](#), quando afirma que a misericórdia é a mais perfeita encarnação da igualdade e da justiça, porque não se limita aos bens objetivos, mas mediante o amor paciente e benigno, serve à grande causa da dignidade da pessoa, e isso contribui para unir os homens entre si de modo mais profundo (DM,14).

O Antigo Testamento traz passagens que aludem à justiça divina e a Deus como juiz, principalmente, entre outras, a partir dos mandamentos da lei (Ex 20, 1-21). Da compreensão da misericórdia de Deus para com seu povo, entendida como justiça divina, nasce a compreensão de que esse mesmo povo deve se esforçar para ter atitudes de misericórdia para com os seus semelhantes como o Pai foi misericordioso. Não obstante a isso, a dureza de coração tenha feito com que muitos reduzissem a justiça divina à aplicação restrita da lei, caindo no legalismo.

A palavra de Jesus valoriza o dom da misericórdia, que oferece o perdão e a salvação, liberta e renova, e se dirige a todos, o que traz uma visão nova a respeito da mera observação da lei. Jesus vai além da lei, acolhe os pecadores (Mt 9, 13) partilha a mesa com os que eram considerados excluídos da sociedade (Lc 15, 1-2), faz curas em dias de sábado (Jo 5, 1-18), recebe a mulher arrependida, que lhe banha os pés e unge a cabeça com perfume (Jo 12, 1-11) e revela a misericórdia de Deus aos trabalhadores que vieram em tempos diferentes, dando a todos a sua oportunidade (Mt 20, 1-16). Percebe-se, então, que a lógica divina difere da humana pois Deus, ainda que rejeite o pecado, acolhe o pecador que necessita da misericórdia. Há que se lembrar, entretanto, que a misericórdia divina respeita sempre o livre arbítrio e a liberdade individual. Deus nunca impõe, mas sempre busca pacientemente a conversão, tal como no texto dos arrendatários da vinha (Mc 12,1-12) e na parábola do rico e de Lázaro (Lc 16, 19-31).

O grande exemplo dessa misericórdia divina vem de Paulo, o fariseu que perseguia os judeus em nome da lei. Na carta aos Gálatas, fica clara a mudança radical da compreensão da justiça vivida por ele depois da sua conversão, ao colocar em primeiro lugar a fé: "Também nós acreditamos em Cristo Jesus, para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da lei" (Gl 2, 16). É a fé que traz a salvação com a misericórdia que justifica. Misericórdia que não é contrária à justiça, mas através dela se manifesta o perdão de Deus ao pecador, pois oferece a ele a possibilidade de se arrepender, converter e acreditar. Com a misericórdia e o perdão, Deus ultrapassa a justiça comum, colocando a sua justiça em uma base superior, que não rejeita ou desvaloriza a dos homens, mas antes a amplia para além do que o estrito respeito à lei. A justiça de Deus torna-se o seu perdão, que liberta os oprimidos da escravidão do pecado, como reza o Salmo 51(50), 16: "Livra-me do sangue, ó Deus, ó Deus meu salvador, e minha língua celebrará tua justiça".

A proposta do Concílio Vaticano II de atualizar o pensamento da Igreja trouxe grande contribuição no que se refere à mudança da prática do assistencialismo ao compromisso sócio-político do cristão. Sobre a Igreja no mundo de hoje, marcado pelas desigualdades, adverte a [Gaudium et Spes](#) (GS): "Para satisfazer às exigências da justiça e da equidade, é necessário esforçar-se energicamente para que, respeitando os direitos das pessoas e a índole própria de cada povo, se eliminem o mais depressa possível as grandes e por vezes crescentes desigualdades econômicas atualmente existentes, acompanhadas da discriminação individual e social" (GS, 66). Esse pensamento continuou com os papas posteriores, especialmente com São João Paulo II, e serviu de motivação para as Conferências Episcopais do Celam, especialmente as de Puebla, Medellín, Santo Domingo e Aparecida. Em 2004, foi publicado o [Compêndio da Doutrina Social da Igreja](#) (DSI) que se configura como um manual para os cristãos assumirem as exigências da fé no mundo. Este grande movimento, iniciado com o Concílio Vaticano II, desencadeou novos comportamentos e atitudes baseados na promoção da justiça social.

Na abertura da Conferência de Aparecida, ao criticar os efeitos negativos da globalização, o papa Bento XVI alertou para a urgente promoção de outra e necessária, globalização, marcada pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos (DAP, 64). A prática da justiça social sinaliza, então, o desejo do homem de se aproximar da justiça e da misericórdia de Deus. De outro lado, a prática da misericórdia é superior à justiça social pois, enquanto esta tem como objetivo uma sociedade harmônica, a misericórdia de Deus é gratuita e infinita e voltada para aqueles desprezados pela sociedade. Por aí se entende que a misericórdia implica em compaixão, solidariedade para com as carências do outro, se dirige aos que estão sem esperança, aos que sofrem física, espiritual e materialmente, percebendo que é preciso elevá-los à dignidade de ser humano. Nesse sentido, a América Latina e o Caribe se constituem no desafio de revitalizar o modo de ser da Igreja, para que a fé cristã se enraíze mais profundamente, a evangelização seja mais missionária, no diálogo com todos os cristãos e a serviço de todos. Como afirmam os bispos em Aparecida, "Isso não depende tanto de grandes programas e estruturas, mas de homens e mulheres novos que encarnem essa tradição e novidade, como discípulos de Jesus Cristo e missionários de seu Reino" (DAP, 11).

O documento n. 102 da CNBB "[Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019](#)", indica como uma das urgências da ação evangelizadora, que os Discípulos Missionários estejam a serviço da vida plena para todos. Enfatiza que, diante da miséria e da exclusão na sociedade, tal ação "não pode restringir a solidariedade ao gesto imediato da doação caritativa"; ela também implica em convívio, relacionamento fraterno, atenção, escuta, acompanhamento nas dificuldades, na busca de viver a opção preferencial pelos pobres, que "estão no centro da vida da Igreja"(DGAE, 67). Outra urgência é a que reconhece a importância da política como "uma sublime vocação e uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum" (EG, 205). Ela deve ser entendida como um serviço à vida e incentivar leigos e leigas à uma atuação nos movimentos sociais, conselhos de políticas públicas, associações de moradores, sindicatos, partidos políticos e outras entidades, sempre iluminados pela DSI (DGAE, 68).

A evangelização proposta pela Igreja, coloca os cristãos em permanente estado de missão, que se inicia com o testemunho e as ações junto à juventude, aos que vivem nas periferias das cidades, aos encarcerados, aos doentes, aos refugiados e a todas as categorias sociais. Contemplando os diversos rostos dos sofredores, o discípulo missionário, movido pela misericórdia, enxerga, em cada um, o rosto de seu Senhor. É a misericórdia, que se mostra e vive da fé, fazendo chegar à compreensão da justiça de Deus, presente na ternura de seu perdão e na vida plena para todos. Pela fé, justiça e misericórdia são as faces de uma só realidade: o amor de Deus.

Para Refletir:

1. Quais são as "Obras de Misericórdia" mais desafiadoras, nos dias de hoje? Por que?
2. A leitura da Palavra de Deus tem alimentando nossos gestos de misericórdia? Como isso está presente na minha Comunidade Eclesial?
3. Como os documentos da Igreja definem a participação do cristão na política?

Orientações para a Interação:

- a) Você poderá discutir este texto, presencialmente, com seus amigos na comunidade.
- b) Você poderá enviar sua opinião usando a caixa de comentários do [texto publicado](#).
- c) Por fim, você poderá interagir na sala de aula virtual "Ambiente Virtual de Formação" da Arquidiocese. Acesse <http://www.avf.org.br/> e siga as orientações.

Este texto está publicado no site: Ambiente Virtual de Formação: <http://wp.me/p2Yr0V-3kL> onde você poderá fazer o download em PDF.

Aguarde a publicação da próxima ficha: Aguarde a publicação da próxima 08/12/15 – Ficha 99: O rosto materno da Misericórdia.

[Acesse](#) o cronograma das próximas Fichas de Estudos.

Colabore com Equipe do AVF na produção e edição das Fichas. Saiba como [acessando este link](#) ou escrevendo para avf@arquidiocesecampinas.com

Se desejar receber as próximas Fichas e/ou outras publicações da Arquidiocese de Campinas em seu email, preencha o cadastro [acessando esse link](#).

Ao fazer uso deste texto, favor citar a fonte